



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13608 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM DEBATE (2004-2020): POR UM SUBSISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gisele Masson - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Andreia Migon Zanella - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM DEBATE (2004-2020): POR UM SUBSISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resumo: Este trabalho apresenta resultado de pesquisa em Educação, realizado no período de 2018 a 2022, com o objetivo de analisar os fundamentos teórico-epistemológicos da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, no período de 2004 a 2020, e suas relações com o desenvolvimento, a manutenção e a intensificação do projeto neoliberal. De natureza qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida mediante análise documental e bibliográfica, fundamentada na concepção materialista histórica e dialética. A tese que defendemos é a de que os fundamentos teórico-epistemológicos que dão sustentação à Política Nacional de Formação Continuada estão sustentados na epistemologia da prática, a qual, pela forma como vem se delineando, pode ser caracterizada por duas categorias sínteses: a formação como atualização e treinamento e a formação flexível, das quais decorre uma concepção de professor que se caracteriza como profissional prático-reflexivo e professor competente. A centralidade da Formação Continuada está no desenvolvimento de competências e de habilidades, caracterizada por um conjunto de conhecimentos técnicos e práticos que pretende formar os professores para resolver os problemas imediatos, desvinculados, portanto, das suas determinações históricas, políticas, econômicas e sociais da práxis docente.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Fundamentos teórico-epistemológicos.

Introdução

No presente estudo, analisamos os fundamentos teórico-epistemológicos da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, no período de 2004 a 2020. Tomamos como ponto de partida que a Política Nacional de Formação Continuada é parte de um projeto de educação e de sociedade, por isso, não está livre das determinações do sistema “sociometabólico do capital”, conforme afirma Mészáros (2008, p. 25), pois “[...] os processos educacionais e os processos sociais de reprodução estão intimamente ligados”.

Necessitamos, pois, compreender essas ligações, no sentido defendido por Marx (2013), para desvelarmos os “fios invisíveis” que dão sustentação à forma de sociabilidade capitalista contemporânea, que influenciam as definições da política educacional brasileira e, de forma específica, a Formação Continuada dos Professores. Interessa-nos, desse modo, trazer à luz não apenas os determinantes históricos, políticos e econômicos para afirmar como e por que o capital controla a formação dos profissionais da educação, mas também para defender a nossa perspectiva de formação.

A partir desse contexto, a problemática do estudo foi: Quais os fundamentos teórico-epistemológicos dão sustentação à Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, no período 2004-2020?

Nesse sentido, o objetivo geral foi analisar os fundamentos teórico-epistemológicos da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, no período de 2004 a 2020, e suas relações com o desenvolvimento, a manutenção e a intensificação do projeto neoliberal. Como objetivos específicos, destacamos:

- a. Estabelecer relações entre capital, trabalho, Estado e educação e seus determinantes na Política Nacional de Formação Continuada de Professores (2004-2020).
- b. Identificar as diferentes concepções teórico-epistemológicas presentes na Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica no período de 2004 a 2020.
- c. Indicar a perspectiva de Formação Continuada de Professores que interessa à classe trabalhadora, com vistas à emancipação humana.

O recorte justifica-se pelas mudanças ocorridas, em 2004, no âmbito da Formação de Professores, como campo constituinte das políticas educacionais, ano em que o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores. A partir de então, a Política Nacional de Formação de Professores, Inicial e Continuada passou por um processo de reorganização e de reestruturação, tanto no âmbito da gestão quanto no desenvolvimento dos programas e dos projetos.

Percurso metodológico da pesquisa

A metodologia da pesquisa foi a análise documental e bibliográfica, fundamentada na concepção materialista histórica e dialética, por conceber que esta apreende de forma

profunda as contradições do real e busca estabelecer as máximas relações possíveis entre os diferentes aspectos da realidade que a condicionam, o que possibilita uma apreensão do objeto a partir de seus múltiplos determinantes. O referencial teórico baseou-se, essencialmente, nas contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels, Antonio Gramsci, István Mészáros, entre outros autores, que apresentam elementos que contribuem para desvelar as leis fundamentais que definem a forma de produção da vida humana em sociedade, a partir da sua historicidade. As fontes de coleta de dados foram os documentos norteadores da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do MEC, tais como as Resoluções CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP Nº 1, de 1º de julho de 2015, CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, tendo em vista a importância desses documentos para a configuração geral da Política Nacional de Formação de Professores e das especificidades no campo da Formação Continuada, bem como os documentos produzidos pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).

Análise e resultados da pesquisa

Na análise empreendida, evidenciamos as relações históricas que constituíram a Política Nacional de Formação Continuada, especialmente sobre a forma como o Estado a organiza e a executa na Educação Básica. Os principais argumentos baseiam-se em três pontos. 1) Em relação aos aspectos políticos e econômicos e sua relação histórica com a Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, afirmamos que o projeto de formação esteve, historicamente, vinculado ao sistema político neoliberal, como proposta de permanência, de alinhamento e de intensificação do modo de produção capitalista. A base material é o desenvolvimento econômico. Portanto, do ponto de vista ontológico, a Política Educacional, na sua complexidade e totalidade, responde com a formação mínima necessária para suprir as demandas do mercado de trabalho arroladas pelo aparato capitalista. 2) Quanto à teoria do conhecimento ou à epistemologia que fundamentou e que ainda é base das Diretrizes para a Formação de Professores, indicamos que a concepção de professor prático reflexivo permaneceu ocupando o espaço central na Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. 3) O projeto formativo crítico, representado neste estudo pela Anfope, é fundamentado na epistemologia da práxis, constituído na perspectiva do professor intelectual, composto por uma racionalidade em que os profissionais da educação constroem o conhecimento por meio da análise crítica do seu trabalho e das mediações complexas em que desenvolvem a sua práxis, em um movimento de compreensão, de interpretação e de intervenção social.

Nesse contexto, tornamos evidente que a base epistemológica que fundamenta a Política Nacional de Formação Continuada de Professores tem origem no contexto político neoliberal e no sistema econômico baseado na acumulação flexível. No que se refere à epistemologia, a Política Nacional de Formação Continuada é, historicamente, assentada na concepção pragmatista e tecnicista de professor, pela ênfase na dimensão instrumentalizadora

do conhecimento. Exceto pelos avanços expressos na Resolução CNE/CP N° 2/2015, com destaque, à ampliação e a valorização da participação das entidades da sociedade civil, o que impactou na articulação entre os governos federal, estadual e municipal, no fortalecimento dos Fóruns Nacionais, na ampliação e diversificação dos Programas, na inclusão e garantia de Bolsas de Estudos, na unidade teórico-prática, na participação das Universidades na oferta e desenvolvimento da Formação Continuada, os documentos definidores da Política Nacional de Formação Continuada, implementada pelas Resoluções CNE/CP N° 1/2002, CNE/CP N° 2/2019 e CNE/CP N° 1/2020, fundamentam-se em uma visão fragmentada e utilitarista das ciências da educação, identificada na perspectiva da racionalidade prática, na formação de competências e no profissional reflexivo.

Nessa direção, as categorias empíricas indicam que tal perspectiva teórica tem relações internas com as reformas educacionais desencadeadas no Brasil na década de 1990, ligadas internamente às demandas da reestruturação do sistema político do país, ao neoliberalismo e, nos últimos 20 anos, ao regime de acumulação flexível e às novas demandas de organização do trabalho, estruturada a partir dos saberes “úteis” para a prática profissional, em detrimento aos conhecimentos científicos e filosóficos que elevam o conhecimento empírico ao concreto pensado e à práxis revolucionária. Dessa maneira, a nosso ver, a epistemologia da prática apresenta como principal limite o esvaziamento do conteúdo científico, o “recuo da teoria” e a ausência da reflexão crítica, o que impede a compreensão dos fatores que fazem com que a realidade seja compreendida como síntese de múltiplas determinações.

Enfim, nossa pesquisa reconhece as relações da Política Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica com as dimensões econômicas, políticas, ideológicas e sociais que permeiam a sociedade e atingem a educação, limitando o seu alcance na ruptura da alienação e, sobretudo, indica a necessidade de transformar as determinações estruturais do capital que produzem essa condição. Nesse sentido, apresentamos nossa defesa, em relação ao projeto de Formação Continuada, fundamentado na epistemologia da práxis. A construção de um projeto de Formação Continuada que contribua para uma proposta crítica de formação, tendo como horizonte a emancipação política e humana, pode ser mais bem delineado pela criação de um Sistema Nacional de Educação e, decorrente dele, um Subsistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica.

Para a Anfope (2012), os princípios basilares do Subsistema contemplam desde a garantia de financiamento público até a participação democrática dos professores e dos sujeitos envolvidos na gestão das instituições formativas e nos órgãos de decisão das políticas de formação, tendo em vista a complexidade da educação e as diferenças regionais.

Considerações finais

Desvelamos, com esta pesquisa, que a epistemologia da prática, assumida hegemonicamente na Política Nacional de Formação Continuada dos Professores, no Brasil,

nega ao professor as possibilidades de apropriação do conhecimento teórico, o que significa negar a compreensão das determinações, das mediações e das contradições que caracterizam a totalidade social.

Nesse sentido, como nos ensinam Marx e Engels (2007), a emancipação humana, pensada na perspectiva dialética de ciência, considerada no conjunto da sua totalidade em movimento, observadas as suas mediações e as suas contradições. Desse ponto de vista, a educação, segundo Mészáros (2008), assume um papel fundamental como desenvolvimento contínuo da consciência socialista, entendida como processo de transição para a construção da liberdade plena. A concepção de educação a que se refere o autor é de um sistema de educação radicalmente afastado das práticas educativas dominantes, sob a égide do capital, caracterizado pela “[...] sujeição do desenvolvimento cultural em sua integridade aos interesses cada vez mais restritivos da expansão do capital e da maximização do lucro.” (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

Nessa direção, defendemos a necessidade da aprovação de um Subsistema Nacional de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no conjunto de um Sistema Nacional de Educação para que a Formação Continuada de Professores seja efetivamente uma política de Estado e não de Governo, a fim de que se garanta a superação da fragmentação da Formação Inicial e Continuada, bem como da implantação de programas contingenciais, desprovidos da formação teórico-científica, política, filosófica e artística necessária e determinante para uma práxis emancipadora.

REFERÊNCIAS

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. **XVI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Documento Final. Políticas de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: PNE, Sistema Nacional da Conae/2014 e Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente. Brasília, 2012b. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/16%C2%BA-EncontroDocumental-Final-2012.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução N° 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 67, p. 31-32, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Resolução N° 2, de 1° de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno, [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto2017-pdf/70431-res-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução N° 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-

Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno, [2019a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, [2020b]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O Capital** – crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.